

**IMPORTÂNCIA DOS ENSAIOS TOXICOLÓGICOS E FARMACOVIGILÂNCIA
DE PLANTAS MEDICINAIS: REVISÃO NARRATIVA**

Rayssa Cabral Costa (rayssaacc@gmail.com)

Camila Saemi Hashimoto (camila.hashimoto064@academico.ufgd.edu.br)

Marina Dalla Bernardina Casotte (marina.casotte101@academico.ufgd.edu.br)

*Nathalia Febo do Nascimento
(nathalia.nascimento071@academico.ufgd.edu.br)*

*Renata Eduarda Nunes do Nascimento
(renata.nascimento427@academico.ufgd.edu.br)*

Lavinia Almeida Muller (laviniamuller@hotmail.com)

As plantas medicinais possuem substâncias que podem prevenir, curar ou tratar doenças e são tradicionalmente utilizadas pelos saberes populares. A Organização Mundial da Saúde reconhece que 85% da população dos países em desenvolvimento utilizam plantas medicinais em cuidados básicos de saúde. Embora a utilização de plantas medicinais seja amplamente difundida para diversas finalidades, muitos efeitos tóxicos foram atribuídos a algumas espécies, como reações alérgicas, mutações, intoxicação, teratogênese, carcinogênese e interações medicamentosas, quando utilizada de forma indiscriminada. Objetivos: Elucidar a relevância dos estudos toxicológicos e da farmacovigilância de plantas medicinais. Metodologia: Revisão narrativa com buscas bibliográficas nas bases de dados PubMed e Scielo, através da conjugação dos descritores “Pharmacovigilance for medicinal plants” e “Toxicological tests on medicinal plants” em inglês e português, além de diretrizes e regulamentos de instituições públicas e relatórios de agências de vigilância sanitária. Resultados: Os estudos toxicológicos de plantas medicinais são fundamentais para garantir a segurança no seu uso clínico, através da identificação do potencial tóxico, efeitos adversos e suas relações com a dosagem, garantindo que os produtos derivados sejam seguros para a saúde. Como exemplo tem-se o gênero *Aristolochia*, que tem sido utilizado para

X ENEPEX / XIV EPEX-UEMS E XVIII ENEPE-UFGD 2024

diversos fins terapêuticos (anti-inflamatório, doenças reumáticas, febre e complicações da picada de cobras). Contudo, estudos toxicológicos mostraram que em sua composição química contém ácidos aristolóquicos, responsáveis por desenvolver toxicidade aguda, subaguda, reprodutiva, citotoxicidade, carcinogenicidade, mutagenicidade e nefrotoxicidade em roedores, reforçando a importância da investigação e fiscalização do seu uso pela população. Quanto a fiscalização no Brasil, tem-se a farmacovigilância, responsável pela detecção, avaliação, e prevenção dos problemas relacionados a medicamentos, atuando no monitoramento pós-comercialização de plantas medicinais e fitoterápicos, identificando eventos adversos não detectados durante os ensaios clínicos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária regula o uso seguro de fitoterápicos, estabelecendo normas para registro e monitoramento, o Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária notifica os eventos adversos e a Farmacopeia Brasileira define padrões de qualidade. Ademais, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada pelo Decreto 5.813/2006, visa promover o uso seguro de plantas medicinais na prática clínica e no Sistema Único de Saúde. Conclusão: A segurança do uso de plantas medicinais permanece incerta, logo, os ensaios toxicológicos são cruciais para a avaliação do potencial de toxicidade e identificação dos efeitos adversos de algumas substâncias, sendo necessário mais estudos a fim de abarcar toda a flora utilizada para tratamentos medicamentosos no Brasil. Outrossim, o Brasil é favorecido pela atuação da farmacovigilância e a regulamentação da ANVISA, que assegura o monitoramento contínuo e identifica possíveis efeitos adversos. Agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Palavras-chave: toxicologia; fitoterapia; biossegurança.